



Conferência Regional sobre a Abordagem do Impacto Humanitário das Minas Antipessoal Improvisadas no Quadro da Convenção

13-15 de fevereiro de 2024 – Acra, Gana

Primeiro dia – terça-feira, 13 de fevereiro de 2024

Sessão Especial de Abertura

Salão de Festas 2 – 09:00 – 10:15

A adoção da Convenção – um instrumento histórico de desarmamento humanitário – há 25 anos, foi o resultado de uma parceria única entre a sociedade civil e governos que partilham as mesmas ideias, empenhados em fazer face às devastadoras consequências humanitárias causadas pelas minas antipessoal.

Quando a Convenção foi adotada, as vítimas anuais tinham ultrapassado as 10 000. Graças à norma criada pelo tratado, as novas vítimas caíram para um mínimo histórico de pouco mais de 3.000 em 2013 (Monitor de Minas Terrestres). Desde então, no entanto, a nova utilização de minas antipessoal – na sua maioria de natureza improvisada e por atores armados não estatais – levou a um aumento das taxas globais de vítimas em todo o mundo. É da maior importância abordar este problema cada vez maior, nomeadamente através da sensibilização para o seu impacto.

Figuras representativas da *comunidade da Convenção* conduzirão a sessão de abertura da Conferência. Os membros ilustres do painel incluem:

- Sua Excelência Ambrose Dery, Ministro do Interior
- Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Regional
- Margaret Arach Orech, Fundadora e Diretora, Associação de Sobreviventes de Minas Terrestres do Uganda e Embaixadora da Campanha Internacional para a Proibição de Minas Terrestres
- Sua Excelência o Dr. Ly Thuch, Ministro Sénior do Camboja, Vice-Presidente da Autoridade Cambojana de Ação contra as Minas e Assistência às Vítimas, e atual Presidente da Convenção sobre a Proibição de Minas Antipessoal
- Sua Excelência Irchad Razaaly, Embaixador da União Europeia no Gana

Observações principais:

- Sua Excelência Alhaji Dr. Mahamadu Bawumia, Vice-Presidente da República do Gana

Foto de grupo

Primeiro dia – terça-feira, 13 de fevereiro de 2024

Sessão A2 – 10:45 – 11:00 – Salão de Festas 2

O panorama geral: Porquê uma conferência regional sobre minas antipessoal improvisadas

O preâmbulo da Convenção regista a determinação dos Estados Partes em "pôr termo ao sofrimento e às baixas causadas pelas minas antipessoal que matam ou mutilam centenas de pessoas todas as semanas, na sua maioria civis inocentes e indefesos e especialmente crianças, obstruem o desenvolvimento económico e a reconstrução, inibem o repatriamento de refugiados e deslocados internos e têm outras consequências graves durante anos após a sua colocação".

A Convenção não faz distinção entre minas "fabricadas" ou minas "improvisadas". Além disso, os Estados Partes concordaram em "intensificar os esforços para estigmatizar e acabar com o uso dessas armas, incluindo o novo uso de minas antipessoal de natureza improvisada, às quais se aplicam todas as disposições da Convenção", mediante:

- envidar todos os esforços para identificar todas as zonas sob a sua jurisdição ou controlo em que se saiba ou suspeite que se encontrem minas antipessoal;
- assegurar a exclusão efetiva de civis até que todas as minas antipessoal nelas contidas tenham sido destruídas;
- destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal nas zonas sob a sua jurisdição ou controlo; e ainda
- cumprir os direitos e as necessidades daqueles que foram vítimas dessas armas.

Nesta sessão, **Samuel W Yeboah, Secretário Executivo da Comissão Nacional sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre do Gana e Sophie Delfolie, Especialista de Apoio à Implementação da Unidade de Apoio à Implementação (ISU) da Convenção**, apresentarão o programa da conferência, peritos, ativistas e inovadores que trabalham para apoiar os objetivos da Convenção.

Pausa para café em paralelo

Sessão A3 – 11:00 – 13:00 – Salão de Festas 2

Perspetiva sobre as minas antipessoal improvisadas

Embora tenham sido feitos progressos na implementação das obrigações de desminagem ao abrigo da Convenção – tendo 30 Estados Partes declarado o cumprimento da sua obrigação ao abrigo do Artigo 5º – a utilização de minas antipessoal de natureza improvisada por atores armados não estatais exacerbou o problema.

Em muitos casos, o uso de minas antipessoal de natureza improvisada está ocorrendo em Estados Partes que anteriormente não tinham uma obrigação nos termos do Artigo 5 e, em outros casos, em Estados Partes que declararam o cumprimento de suas obrigações do Artigo 5 e agora são afetados por esse tipo de arma; é o caso, em particular, da África Ocidental e da região do Sael.

Dado o impacto das minas antipessoal improvisadas na paz, na segurança e no desenvolvimento, enfrentar esta ameaça crescente é um esforço oportuno, se não crítico. Os membros do painel destacarão a situação, discutirão a importância dos princípios humanitários na abordagem da ameaça, incluindo através e com intervenientes armados não estatais, e abrirão a palavra para uma sessão de perguntas e respostas. Os membros do painel incluem:

- **Theò Bajon, Investigador Associado do Programa de Armas Convencionais e Munições, Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento, sobre o impacto global das minas antipessoal improvisadas;**
- **Katrin Atkins, Especialista em Pesquisa, Monitor de Minas Terrestres**
- **Pélagie Manzan Dékou, Supra Legal Advisor-IHL Advisory Services, Comité Internacional da Cruz Vermelha sobre a defesa dos princípios humanitários;**
- **Juan Carlos Ruan, Diretor da Unidade de Apoio à Implementação sobre eventuais obrigações adquiridas ao abrigo da Convenção;**

Pausa para almoço

Primeiro dia – terça-feira, 13 de fevereiro de 2024

Sessão A4 – Salão de Baile 2 – 14:30 – 16:30

O quê? Onde? Por quem? Uso e Impacto de Minas Antipessoal Improvisadas

Esta será uma oportunidade para obter uma maior compreensão do impacto das minas antipessoal improvisadas na região e dos esforços para abordar o impacto humanitário causado por estas armas da perspectiva dos próprios Estados Partes. Os Estados participantes são convidados a apresentar a situação vivida nos seus territórios.

Esta sessão será conduzida pelo **Presidente do Comité de Implementação do Artigo 5º da Convenção, Alvaro Alejandro Gomez Ocampo, Ministro Plenipotenciário, Missão Permanente da Colômbia junto da ONU em Genebra**, seguida de um debate.

Sessão A5 – Salão de Festas 2 – 16:30 – 17:00

Fechando o ciclo

Para ampliar a conversa e incluir a rica experiência do público, os delegados serão convidados a fornecer pensamentos finais e feedback aos organizadores, com vista não só a avaliar o dia, mas também a fornecer alimento para reflexão antes de continuar. A sessão será conduzida pelo Presidente da Convenção, **Sua Excelência o Ministro Sénior Ly Thuch, Vice-Presidente da Autoridade de Ação contra as Minas e Assistência às Vítimas do Camboja**.

Segundo Dia – Quarta-feira, 14 de fevereiro de 2024

Sessão B1 – 09:00 – 09:15 – Salão de Festas 2

Faísca e Iniciar Sessão

Dê o pontapé inicial num (segundo) dia de oportunidades de networking com a ajuda de um orador inspirador.

Sessão B2 – 09:15 – 11:00 – Salão de Festas 2

Funções de Ação para Centros de Ação contra as Minas e Comissões Nacionais

É primordial desenvolver e/ou manter as capacidades nacionais para fazer face ao impacto humanitário das minas antipessoal improvisadas no âmbito da Convenção. As Comissões para as Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre e os Centros de Ação contra as Minas na região têm a oportunidade de assumir papéis de liderança na sensibilização pública e na formulação de políticas adequadas para enfrentar a ameaça crescente das minas improvisadas.

Esta sessão procura fornecer uma visão geral das lições aprendidas e das melhores práticas (por exemplo, gestão da informação, educação sobre o risco de engenhos explosivos, relatórios, assistência às vítimas) sobre a importância da colaboração entre o Estado e a sociedade civil. Espera-se que, ao documentar exemplos de boas práticas, as autoridades nacionais de ação contra as minas, as comissões, as agências das Nações Unidas e os governos parceiros beneficiem de uma melhor compreensão relativamente aos tipos de intervenções que são mais apropriados e têm o maior impacto. Entre os oradores especializados contam-se representantes de:

- **Mohamed Laghdaf Mohamedou Baham, Coordenador do Programa Nacional de Desminagem Humanitária para o Desenvolvimento da Mauritânia sobre o papel e o desafio num contexto nacional;**
- **Harald Schmittgall, Conselheiro, Ligação para a Eficiência Operacional e o Sector da Segurança, Centro de Genebra para a Desminagem Humanitária, sobre o papel e as capacidades destas estruturas; e,**
- **Josephin Dresner, Diretor de Políticas e Parcerias Estratégicas do Grupo Consultivo de Minas, e,**
- **Robert Iga Afedra, Diretor Nacional da Ajuda Popular Norueguesa em Angola, sobre os operadores humanitários de desminagem, assume as lições aprendidas em colaboração.**

Pausa para café em paralelo

Segundo Dia – Quarta-feira, 14 de fevereiro de 2024

Sessão B3 – 11:00 – 12:30 – Salão 2

Dados. Transparência. Elaboração de relatórios.

Os relatórios ao abrigo da Convenção, a recolha de dados e a gestão da informação estão profundamente interligados. No entanto, um número significativo de Estados não recolheu nem forneceu informações, nem dispõe de um sistema central que lhes permita comunicar os seus desafios nacionais de uma forma alinhada com o Guia de Comunicação de Informações da Convenção.

Esta sessão procurará lançar luz sobre as informações solicitadas aos Estados Partes, as experiências na recolha de informações, o papel das ligações comunitárias e as lições aprendidas com os Estados que sofreram contaminação por minas antipessoal improvisadas.

A sessão será moderada por Juan Carlos Ruan, Diretor da ISU. Os membros do painel incluirão:

- **Khalifa Muhammad Lawan, Gerente de Assuntos Jurídicos - Comissão de Desenvolvimento do Nordeste, Nigéria; e,**
- **Mariany Monroy, Coordenadora, Grupo de Ação Integral contra as Minas, Escritório do Alto Comissariado para a Paz, Colômbia sobre os países que sofrem contaminação, inclusive com minas improvisadas, sobre os desafios enfrentados e as lições aprendidas quando se trata de limpeza e relatórios;**
- **Ralf Dillmann Trau, Diretor de Gestão da Qualidade da Campanha Colombiana para a Proibição de Minas Terrestres na perspectiva da sociedade civil sobre os esforços conjuntos para coletar informações sobre contaminação;**
- **Sophie Delfolie, Especialista de Apoio à Implementação na Unidade de Apoio à Implementação, sobre as ferramentas de apoio e comunicação disponíveis;**
- **Edwin Faigmane, Serviço de Ação contra as Minas das Nações Unidas Nigéria sobre a sua experiência com a recolha de informação.**

Pausa para almoço

Sessão B4 – 14:00 – 15:30 – Salão 2

Reduzir o risco

A educação sobre o risco de minas tem o potencial de prevenir novos acidentes e salvar vidas. Em áreas onde o acesso está comprometido, muitas vezes será a primeira intervenção possível para salvar vidas. No entanto, para que as intervenções sejam bem sucedidas, é da maior importância incluir a perspectiva e a experiência das próprias comunidades afetadas nas estratégias e programas. Estes também devem ser sensíveis ao sexo, idade e deficiência.

Uma vez que um modelo não serve para todos, nesta sessão os Estados e as organizações são incentivados a partilhar as suas próprias histórias de sucesso e desafios encontrados na redução do risco. Além disso, os relatos em primeira mão "no campo" serão apresentados pelos próprios profissionais. A sessão será moderada por **Fadila Saidi épse Berkane, Chefe de Estudos e Relatório do Ministério dos Mujahideen e Titulares de Direitos da Argélia**. Os membros do painel incluem:

- **Young Joo Lee, Especialista em Proteção Infantil, UNICEF Gana, sobre a natureza crítica da educação sobre o risco de minas e abordagens inovadoras;**
- **Dunas Ezekeil, Youths Awaken Foundation, uma organização local de base da Nigéria; e,**
- **Elmehti Ag Wakina, Diretor de Programas da Associação Maliana para a Sobrevivência no Sahel, sobre o impacto positivo das organizações nacionais/locais;**
- **François Fall, Conselheiro Humanitário de Ação contra as Minas para a África Ocidental, Grupo Consultivo de Minas, com o operador humanitário de desminagem sobre a sua experiência na prestação de educação sobre o risco de minas.**

Pausa para café em paralelo

Segundo Dia – Quarta-feira, 14 de fevereiro de 2024

Sessão B5 – 15:30 – 16:30 – Salão 2

Ajudar quem, como e porquê?

A prestação de "assistência às vítimas" (VA) inclui a promoção da participação plena e efetiva dos sobreviventes na sociedade numa base de igualdade com os outros. As estruturas de ação contra as minas não podem cumprir esta missão sozinhas, uma vez que se pretende que os programas humanitários de desminagem acabem por terminar. No entanto, estas estruturas têm um papel importante a desempenhar para garantir que as necessidades das pessoas afetadas pelas minas sejam satisfeitas e os seus direitos garantidos.

Esta sessão lançará luz sobre os esforços e desafios da assistência às vítimas de minas e da implementação daquele que é um dos pilares fundamentais da Convenção. Os membros do painel incluem:

- Elhadji Seydou Nouro Gaye, Especialista em Libertação de Terras, Humanidade e Inclusão no IMAS 13.10 e as suas implicações para as estruturas de ação contra as minas;
- Mariany Monroy, Coordenadora do Grupo de Ação Integral contra as Minas, Escritório do Alto Comissariado para a Paz, Colômbia, sobre a experiência de um Estado Parte na prestação de assistência às vítimas em ambientes de segurança;
- Mahamad Haroon Mohamoud, representante dos sobreviventes de minas e Conselheiro dos Direitos da Criança e das Pessoas com Deficiência, Agência Nacional das Pessoas com Deficiência da Somália; e,
- Margaret Arach Orech, representante dos sobreviventes de minas do Uganda e especialista em direitos das pessoas com deficiência da Campanha Internacional para a Proibição das Minas Terrestres, abordando a assistência às vítimas a partir de uma perspetiva baseada nos direitos;
- Firoz Ali Alizada, Oficial de Apoio à Implementação e Especialista em Assistência às Vítimas sobre o entendimento dos Estados sobre a assistência às vítimas.

Sessão B6 – 16:30 – 17:00 – Salão de Baile 2

Vamos conversar!

Os delegados são convidados a aproveitar esta oportunidade para estabelecer contactos, nomeadamente através de conversações bilaterais.

Evento Noturno – Segundo Dia

Uma noite de hospitalidade ganesa a caminho da Quinta Conferência de Revisão

Anfitriões: Delegação da União Europeia e da República do Gana

Uma oportunidade descontraída para continuar conversas e networking.

Junto à piscina do Movenpick: 18:30 – 21:00

Serão necessárias credenciais para participar. Seguir-se-ão mais pormenores.



Terceiro dia – Quinta-feira, 15 de fevereiro de 2024

Sessão C1 09:00 – 11:00 – Salão de Festas 2

O seu plano. A sua voz.

O Plano de Ação de Oslo 2020-2024 da Convenção é um instrumento/roteiro ambicioso com "ações" e indicadores concebidos por e para os Estados Partes em colaboração com profissionais e organizações. O Plano orienta os Estados Partes em várias áreas da Convenção.

À medida que o Plano chega ao fim, é tempo de nos interrogarmos sobre o que funcionou e o que pode ser melhorado para um novo Plano de Ação que abranja o período 2025-2029 (a adotar na Quinta Conferência de Revisão no Camboja, em novembro). A adoção de um plano que seja eficaz e resista ao teste do tempo é uma parte importante do trabalho que está a ser conduzido pelo Presidente da Convenção. Por conseguinte, a Conferência Regional de Acra constitui uma oportunidade única para os países africanos fornecerem contributos que poderão contribuir para o novo Plano dos Estados Partes para os Estados. Esta sessão será presidida pelo Camboja, na qualidade de Presidente da Convenção.

As seguintes questões serão fundamentais nas discussões do grupo durante a sessão liderada pelo Presidente da Convenção do Camboja, representado por Sua Excelência Ly Panharith, Secretário-Geral da Autoridade de Ação contra as Minas e Assistência às Vítimas do Camboja,

1. **Que aspetos da Ação 21 do Plano de Ação de Oslo funcionaram bem ou o contrário poderiam ser melhorados?**
2. **Que tipo de desafios foram encontrados na execução das Ações 18 a 25?**
3. **Tendo em conta o que precede, o que deve ser reconsiderado para um próximo Plano de Ação?**

Todos os participantes são convidados a participar livremente numa das seguintes sessões regionais. Os presidentes dos grupos de discussão serão convidados a apresentar um relatório em sessão plenária.

Grupo A	Grupo B	Grupo C
Benim, Congo, RD Congo, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Senegal, Togo	Argélia, Burkina Faso, Camarões, Chade, Mali, Mauritânia, Níger	Gana, Libéria, Nigéria, Somália, Serra Leoa

Pausa para café em paralelo

Sessão C2 – 11:00 – 12:30 – Salão de Festas 2

A sua legislação nacional está em conformidade?

O Artigo 9 da Convenção afirma claramente que "Cada Estado Parte tomará todas as medidas legais, administrativas e outras apropriadas, incluindo a imposição de sanções penais, para prevenir e reprimir qualquer atividade proibida a um Estado Parte por força da presente Convenção realizada por pessoas ou no território sob sua jurisdição ou controle." No entanto, 46 Estados Partes não informaram ter essa legislação em vigor ou se a legislação existente é suficiente. À medida que a ameaça de minas improvisadas cresce na região, ter essa legislação em vigor só pode servir o melhor interesse do Estado.

Nesta sessão, os Estados Partes da região são incentivados a fornecer uma visão geral de suas próprias Leis Nacionais. **Sophie Delfolie, Especialista de Apoio à Implementação da Unidade de Apoio à Implementação**, e os membros do Painel falarão sobre o processo, incluindo sobre o apoio disponível para os Estados Partes,

- **General Brahim Djibrine Brahim, Coordenador do Alto Comissariado Nacional para a Desminagem do Chade; e ainda**
- **Burkina Faso, na qualidade de representantes dos Estados Partes, apresentará a sua própria legislação nacional;**
- **Pélagie Manzan Dékou, Supra Legal Advisor-IHL Advisory Services, Comité Internacional da Cruz Vermelha sobre a importância da legislação nacional;**

Pausa para almoço

Terceiro dia – Quinta-feira, 15 de fevereiro de 2024

Sessão C3 – 14:00 – 16:00 – Salão 2

Cooperação e Assistência no Trabalho: Sul-Sul, Triangular, Iniciativas Público-Privadas, Organização do Estado

A Ação 47 do Plano de Ação de Oslo apela aos Estados para que "explorem continuamente oportunidades de cooperação, incluindo cooperação internacional, regional e bilateral, entre os Estados Partes afetados ou Sul-Sul, com vista à partilha voluntária das melhores práticas e lições aprendidas".

Esta sessão, **moderada por Juan Carlos Ruan, Diretor da Unidade de Apoio à Implementação**, prevê que os Estados e as organizações ofereçam a sua perspectiva de cooperação e assistência. A sessão está definida para incluir vários membros do painel, incluindo, mas não limitado a,

- S.E. Hisanobu Mochizuki, Embaixador do Japão no Gana, Libéria e Serra Leoa, representando o Japão como Presidente designado da Convenção para 2025 com a perspectiva de um doador S.E. Ly Panharith, Secretário-Geral, Autoridade de Ação contra as Minas e Assistência às Vítimas do Camboja sobre Financiamento Inovador: Parcerias Público-Privadas
- Coronel Koffi Marc Kouiado, responsável pelo programa, Divisão de Armas de Pequeno Calibre, Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental;
- Tenente-Coronel Djimon Sahgui, Diretor do Centro de Formação Avançada em Ações Pós-Conflito, Desminagem e Descontaminação do Benim sobre as atividades e o apoio à disposição dos Estados;
- Harro Wittermans, Coordenador Regional do Instituto Inter-regional das Nações Unidas de Investigação sobre a Criminalidade e a Justiça para a África Oriental e Central, para o programa QBRN (Atenuação dos Riscos Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares) e para a Governação da Segurança, relativo a um programa regional apoiado pela União Europeia;
- Jérémy Repond, Conselheiro, Relações Externas e Governação, Programas de Cooperação, Centro Internacional de Genebra para a Desminagem Humanitária;

Pausa para café em paralelo

Sessão C4 – 16:00 – 16:15

Procurando o seu Feedback!

Uma breve sessão de feedback para entender o que funcionou, o que precisa ser melhorado para qualquer próxima conferência e pensamentos finais.

Sessão de Encerramento

Sessão C5 – 16:15 – 17:00 – Salão de Festas 2

Próxima paragem: Cimeira de Siem Reap-Angkor sobre um mundo sem minas

A Conferência – que terá servido de plataforma regional para o intercâmbio de informações sobre o impacto humanitário e no desenvolvimento das minas antipessoal improvisadas e as melhores práticas na abordagem do seu impacto – deverá chegar ao fim com representantes que enviarão também à comunidade da Convenção uma mensagem para a Quinta Conferência de Revisão,

- Ibou Dembo, Representante da Iniciativa para Ações de Desenvolvimento Solidário/Associação Senegalesa das Vítimas de Minas em representação das comunidades afetadas pelas minas e sobreviventes
- S.E. Ly Panharith, Secretário-Geral da Autoridade de Ação contra as Minas e Assistência às Vítimas do Camboja, em representação do Camboja como Presidente da Cimeira de Siem Reap-Angkor sobre um Mundo Livre de Minas
- Delegação da União Europeia no Gana
- Ambrose Dery, Ministro do Interior da República do Gana